

PORTARIA de Conversão nº 011/2021-4ºPJDPMPA
Data da Instauração: 01/02/2021

Objeto: Apurar possíveis irregularidades praticadas por Auditor Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), pela emissão reiterada de Autos de Infração e Notificação Fiscal (AINF) na mesma Ordem de Serviço (OS). Promotor de Justiça: DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO
Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 642496

Extrato da PORTARIA nº 012/2021-4ºPJDPMPA do Inquérito Civil nº 000401-151/2018-4ºPJDPMPA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, em exercício, Dr. DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 000401-151/2018-4ºPJDPMPA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará. PORTARIA de Conversão nº 012/2021-4ºPJDPMPA
Data da Instauração: 29/01/2021

Objeto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, com relação a contratação de colaborador eventual, para receber diárias a fim de proceder à vacinação contra a febre aftosa no município de Cachoeira do Arari, conforme publicação no DOE de 8 de setembro de 2016.

Promotor de Justiça: DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO
Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 642502

Extrato de Publicação da PORTARIA n.º 006/2021-MP/2ª PJDIAT/BELÉM-PA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO NO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco, torna pública a PORTARIA n.º 006/2021-MP/2ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.

PORTARIA de Instauração n.º 006/2021

Data da Instauração: 31/03/2021

Objeto: Garantir o acolhimento de RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA, idoso de 72 anos de idade, em Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI.

Promotora de Justiça: Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco (em exercício)

Protocolo: 642519

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE PORTARIA Nº 022/2021-MP/4ª PJ ITAITUBA

A 4ª Promotoria de Justiça de Itaituba, com base no art. 129, da CF 88, art. 26 da Lei 8.625/93, art. 52, da Lei Complementar Estadual nº 57, art. 8º, III, da Resolução nº 174 do CNMP, torna público o Inquérito Civil nº 022/2021-MP/4ªPJ Itaituba, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Itaituba, situada na Av. Nova de Santana, nº 384, Centro, Itaituba/PA, CEP: 68.180-030- Itaituba – Pará - Fone: (93) 3518-2123/3518-3099.

PORTARIA nº 022/2021-MP/4ª PJ Itaituba

Inquérito Civil - SIMP nº 000966-922/2019

Data de Instauração: 30 de março de 2021

Assunto: instaura Inquérito Civil, com o objetivo de apurar possíveis violações ao que determina a Lei 8.429/92, promovendo a coleta de outras informações para eventual ajuizamento de ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

ÍTALO COSTA DIAS – 3º Promotor de Justiça Titular de Itaituba, respondendo pela 4ª Promotora de Justiça de Itaituba

Protocolo: 642523

RECOMENDAÇÃO Nº 007/2021 – MP/CGMP

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 6 de julho de 2006, combinado com o artigo 17, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - LONMP);

CONSIDERANDO a edição do Plano de Vacinação contra COVID-19, editado pelo Governo do Estado do Pará, que estabelece as diretrizes para a vacinação no Estado do Pará;

CONSIDERANDO a edição da Nota Informativa nº 041/2021 - CGPNI/DEIDT/SVS/MT, editada pelo Ministério da Saúde, relacionada ao plano de vacinação contra COVID-19 para os povos e comunidades tradicionais quilombolas;

CONSIDERANDO a necessidade da fiscalização pelo Órgão Ministerial quanto à aplicação correta da vacina, obedecendo-se o cronograma referente aos grupos prioritários, bem como evitando-se o desvio de imunizantes;

CONSIDERANDO que o Brasil conta com 5.972 localidades quilombolas (IBGE, 2020), das quais 528 estão situadas no Estado do Pará (CONAQ), em 65 dos 144 municípios paraenses, sendo o Estado o quarto da federação em número de localidades quilombolas;

RESOLVE:
RECOMENDAR aos membros do Ministério Público do Estado do Pará que fiscalizem a correta aplicação de vacinas contra COVID-19 nos povos e comunidades tradicionais quilombolas, a serem administradas pelos Órgãos de Saúde Responsáveis, respeitando a normativa editada, a qual incluí os referidos povos no rol prioritário para vacinação, fiscalizando, ainda, a correta inserção dos dados no Sistema de Informação de Imunização do Ministério da Saúde .

RECOMENDAR, ainda, aos membros do Ministério Público do Estado do Pará que cobrem das autoridades locais responsáveis pela vacinação dos povos e comunidades quilombolas, a adoção de todas as

medidas de proteção exigidas pela Organização Mundial de Saúde, tal como uso de máscaras e equipamento de proteção individual, evitando-se a aglomeração de pessoas.

Publique-se e Cumpra-se.

Belém (PA), 06 de março de 2021.

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Procurador de Justiça

Corregedor-Geral do Ministério Público

Protocolo: 642637

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

EXTRATO DE CONTRATO. DISPENSA Nº 006/2021. Partes: Prefeitura Municipal de Abaetetuba/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 12.282.048/0001-19. Origem: Dispensa nº 006/2021. Objeto: Locação de Usina Concentradora de Oxigênio Medicinal Para Produção Mensal de 7.200 M3 (10m3/h), bem como a instalação e montagem com manutenção técnica preventiva e corretiva do sistema disponibilizado, em conformidade com a Resolução RDC n.50 de 21.02.2002, da ANVISA, ABNT - NBR 12.188/2012, NBR 13.587/98 e demais normas, para atendimento a demanda da Unidade de Pronto Atendimento Doutor Manoel Antônio Ferreira. Contratada: Pharmagas Comercio Serviços Importação E Exportação Ltda, CNPJ nº 18.791.322/0001-61. Contrato nº 2021/029. Valor global: R\$ R\$ 166.200,00 (cento e sessenta e seis mil e duzentos reais). Vigência de 180 (cento e oitenta) dias de 25/03/2021 a 21/09/2021. Assinatura: 25 de março de 2021.

Protocolo: 642661

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO. ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo Contratos Administrativos nº 2019/114/CPL. Objeto: Aquisição de Material de Higiene, Limpeza e Descartáveis, destinados à manutenção da Prefeitura Municipal, Secretarias Vinculadas e os Fundos Municipais que compõem a esfera administrativa Municipal. Contratante: Fundo Municipal de Educação, CNPJ nº 21.763.283/0001-01. Contratada: R. M. dos S. Pinheiro - Me. CNPJ nº 11.757.923/0001-09. 2º Termo Aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os itens do contrato, consoante com Art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

Protocolo: 642659

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2021

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa I NEGREIROS DA SILVA EIRELI, CNPJ: 21.001.561/0001-85, valor R\$ 52.560,00 (Cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta reais), referente à Contratação emergencial de empresa especializada para AQUISIÇÃO DE MOTOR DE POPA MERCURY 100 HP 4 TEMPOS, COM RABETA REFORÇADA E ACESSÓRIOS DE ACORDO PROPOSTA EM ANEXO, para o atendimento de urgência e emergência da UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE AFUÁ, para serem utilizados no enfrentamento ao Covid-19, no Município de AFUÁ, Estado do Pará.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2021

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa L. C. ALVES COELHO EIRELI, CNPJ: 07.347.943/0001-34, valor R\$ 53.428,00 (Cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e oito reais), referente à Contratação emergencial de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA PARCIAL NA REDE DE GASES MEDICINAIS PARA O ATENDIMENTO DE URGÊNCIA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE AFUÁ, para serem utilizados no enfrentamento ao COVID-19, no município de Afuá, Estado do Pará.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 005/2021

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa LILIANE CRISTINE ANDRADE GANDRA, CNPJ: